LEGAL ALERT

CÓDIGO DE CONDUTA DO GOVERNO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2016, de 21 de setembro

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2016, publicada no passado dia 21 de setembro, aprova o Código de Conduta do Governo, que **vincula todos os membros do XXI Governo Constitucional**, os quais devem aplicar as diretrizes agora aprovadas sempre que exerçam os seus poderes de direção sobre os serviços da administração direta do Estado, ou de superintendência sobre os dirigentes de institutos públicos e de empresas públicas.

Determinando que as diretrizes aprovadas se aplicam desde a data de aprovação da Resolução, é ainda assim explicitado, na respetiva Exposição de Motivos, que este documento orientador fixa aquela que será já uma prática aceite e reiterada no exercício de cargos políticos, pretendendo reafirmar princípios e deveres já consagrados e consentâneos com as orientações das principais entidades nacionais e internacionais, em matéria de transparência e combate à corrupção.

Procedendo a uma breve análise do Código de Conduta destacam-se, designadamente, os seguintes aspetos:

- a) a aplicação do mesmo, com as necessárias adaptações, também aos membros dos gabinetes do XXI Governo Constitucional, aos **dirigentes superiores da Administração Pública**, sob direção do Governo, bem como aos **dirigentes e gestores de institutos e empresas públicas**, através de orientações a serem transmitidas pelo membro de Governo que exerça os respetivos poderes de hierarquia ou superintendência;
- b) a definição de princípios gerais de conduta como a prossecução do interesse público e boa administração, transparência, imparcialidade, probidade, integridade e honestidade, urbanidade, respeito interinstitucional e confidencialidade;
- c) a definição de casos em que se considera existir **conflitos de interesse**;
- d) o dever de abstenção de qualquer ação ou omissão que possa ser objetivamente interpretada como visando beneficiar indevidamente uma pessoa singular ou coletiva;
- e) o dever de abstenção de uso de bens ou recursos públicos disponibilizados para o exercício das funções, fora dos parâmetros de razoabilidade ou adequação social;
- f) o dever de rejeitar ofertas ou outras vantagens definidas no Código como contrapartida do exercício de uma ação, omissão, voto ou gozo de influência sobre tomada de qualquer decisão pública.

Cabe assinalar que o Código de Conduta proíbe expressamente a aceitação de ofertas de bens consumíveis ou duradouros que possam condicionar a imparcialidade e integridade do exercício de funções, considerando-se existir tal condicionamento no caso de aceitação de bens de **valor estimado igual ou superior a 150 Euros (limite anual e acumulado)**.

O limite de 150 Euros é também aplicável a convites de pessoas singulares e coletivas privadas, nacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas coletivas públicas estrangeiras, para assistência a eventos sociais, institucionais ou culturais, ou ainda outros benefícios similares que possam condicionar a imparcialidade e integridade do exercício de funções.

Excetuam-se, porém, os casos que possam ser entendidos como correspondendo a usos sociais e políticos consolidados, quando exista **interesse público relevante na presença dos membros do Governo** ou quando estes sejam **expressamente convidados nessa qualidade, em representação oficial que não possa ser assumida por terceiros**.

A mesma exceção é aplicável a convites que sejam dirigidos por Estados estrangeiros, organizações internacionais ou outras entidades públicas no âmbito de participações em cimeiras ou outras reuniões, em que os membros do Governo e dos gabinetes sejam expressa e oficialmente convidados nessa qualidade.

Para além disso, quando a **recusa da oferta possa ser interpretada como quebra de respeito interinstitucional**, designadamente na relação entre Estados, deve a mesma ser **aceite em nome do Estado português**, sendo entregue à respetiva secretaria-geral, que para o efeito manterá um registo de acesso público.

O incumprimento das orientações deste Código acarreta responsabilidade política, sem prejuízo de eventual responsabilidade criminal, disciplinar ou financeira.

Independentemente da sua compreensão e avaliação jurídica, social ou política, estas orientações assumem importância acrescida num tempo em que as empresas se debatem com a necessidade de adequação e consolidação dos seus próprios **Códigos de Conduta e procedimentos de *compliance***, devendo como tal ser consideradas no âmbito mais amplo de definição de uma **política geral de *Corporate Defense***.